



A CIDADE DA MATOLA: DINÂMICAS POPULACIONAIS E DE URBANIDADE

Matola city: population dynamics and urbanity

Elmer Agostinho Carlos de Matos

Universidade Eduardo Mondlane

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5586-3554>

E-mail: elmermats90@gmail.com

Alice Alfredo Zua Nunes

Universidade Eduardo Mondlane

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7281-487X>

E-mail: zuaalice@gmail.com

Amida Semedo Mussa

Universidade Eduardo Mondlane

ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-5325-8502>

E-mail: amidamussa@gmail.com

Trabalho enviado em 28 de novembro de 2025 e aceito em 20 de dezembro de 2025



This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International License.



Rev. Dir. Cid., Rio de Janeiro, Vol. 17, N.01., 2025, p. 53-87

Elmer Agostinho C. de Matos, Alice Alfredo Zua Nunes e Amida Semedo Mussa

DOI: [10.12957/rdc.2025.95424](https://doi.org/10.12957/rdc.2025.95424) | ISSN 2317-7721

RESUMO

O presente artigo procura compreender as dinâmicas da/na cidade da Matola, a partir do processo de urbanização, mostrando como a organização interna foi-se conformando ao longo do tempo. O artigo explora, igualmente, as dinâmicas populacionais por bairro e discute a situação dos indicadores de urbanidade. Para a elaboração da reflexão, recorreu-se à revisão bibliográfica das publicações referentes à cidade da Matola, procurando apreender como se engendrou a ocupação do espaço urbano e, com isso, compreender a organização interna da cidade. Para a análise da dinâmica populacional recorreu-se aos dados dos censos de 1980, 1997, 2007 e 2017. A análise dos indicadores de urbanidade baseia-se nos dados do censo de 2017. Os resultados mostram que a urbanização da cidade, atrelada às dinâmicas da cidade de Maputo, condicionou o tipo de arranjo socioespacial característico das cidades moçambicanas, com implicações ao nível dos indicadores de urbanidade. As diferenças nos indicadores de urbanidade não se ajustam aos arranjos socioespaciais, pois num mesmo bairro há convivência de situações de indicadores de urbanidade com percentuais próximos daqueles considerados característicos da cidade Ocidental e, também, registam-se níveis preocupantes de privações no acesso aos serviços sociais básicos. Os bairros mais distantes da área urbana são os mais carenciados.

Palavra-chave: Urbanização. Indicadores de urbanidade. Dinâmica populacional. Matola

ABSTRACT

This article seeks to understand the dynamics of/in the city of Matola, based on the urbanization process, showing how its internal organization has taken shape over time. The article also explores population dynamics by neighbourhood and discusses the situation of urbanity indicators. To develop this reflection, we reviewed the literature on the city of Matola, seeking to understand how the occupation of urban space was engineered and, with that, to understand the internal organization of the city. To analyse population dynamics, we used data from the 1980, 1997, 2007, and 2017 censuses. The analysis of urbanity indicators is based on data from the 2017 census. The results show that the city's urbanization, linked to the dynamics of Maputo, has conditioned the type of socio-spatial arrangement characteristic of Mozambican cities, with implications for urbanity indicators. The differences in urbanity indicators do not align with the socio-spatial arrangements, as in the same neighbourhood, there are situations where urbanity indicators are close to those considered characteristic of Western cities, while at the same time, there are worrying levels of deprivation in access to basic social services. The neighbourhoods furthest from the urban area are the most deprived.

Keywords: Urbanization. Indicators of urbanity. Population dynamics. Matola

1. INTRODUÇÃO

Os espaços urbanos moçambicanos vêm passando por dinâmicas próprias, ajustando-se a um tempo-espaço singular, revelando processos que desafiam a estrutura de sua concepção e materialização. Matos (2021; 2024) relata que os espaços urbanos atuais são diferentes daqueles herdados da

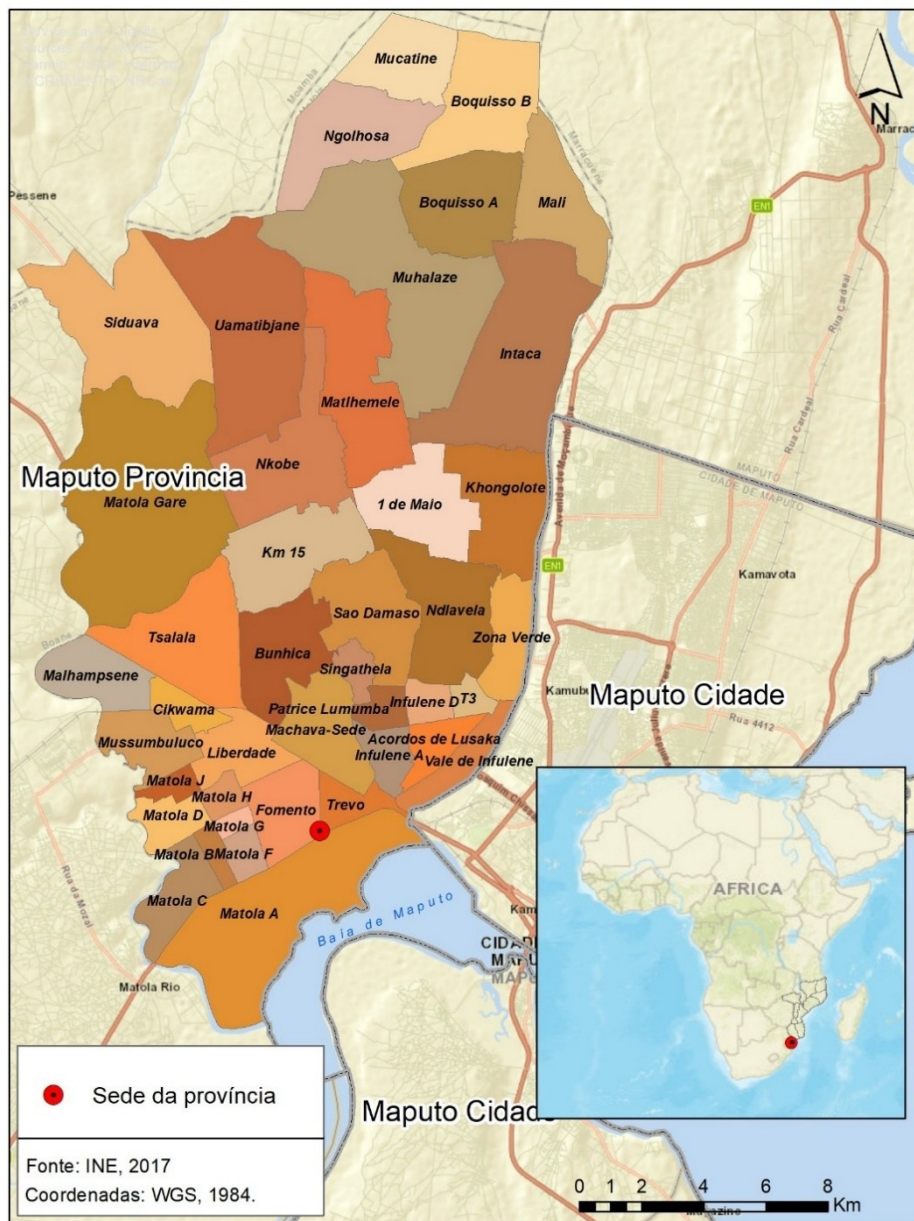


independência e que as rugosidades continuam a condicionar o novo arranjo, muito em função das dinâmicas de produção da cidade, quer sejam resultantes do avanço da chamada “cidade de cimento”, como pelas resistências dos desfavorecidos que lutam por um direito à cidade. Estas nuances revelam a (re)produção de modelos alternativos de cidade, que precisam ser tomados em conta na gestão e no planejamento das cidades moçambicanas.

A hierarquização urbana em Moçambique esteve bastante assente na importância que as cidades tiveram, principalmente, com a função político-administrativa. É justamente por esse motivo que a cidade da Matola, o principal centro industrial do país, desde a independência, conformada como uma cidade extensão da cidade capital, a cidade de Maputo, pouco se destacou como um dos principais centros urbanos do país. Esta forma de pensar o urbano e, especificamente, a cidade da Matola, terá condicionado o seu desenvolvimento, pois sempre foi vista como a “cidade-dormitório” ou cidade satélite.

A cidade da Matola, localizada no Sul do país, foi elevada à categoria de cidade em 1972, pela Portaria 83/72 de 05 de fevereiro de 1972 (Figura 1). Contudo, Matola já era uma câmara municipal, desde 29 de agosto de 1959, a partir da Portaria nº 13 312 (Cuna, 2004; Miquidade, 2018). A sua constituição como câmara municipal tinha como objetivo criar as condições de urbanização do aglomerado populacional da Matola e Machava, a partir da sua ocupação residencial e industrial. Até 1970, Matola ainda não era uma cidade, contudo os dados do censo de 1970 indicavam que a vila já se constituía como o terceiro principal centro urbano do país (em termos de tamanho da população), atrás das cidades de Maputo e Beira. Se, considerarmos a vila da Matola, incluindo a vila da Machava (que albergava mais população que a vila da Matola e que mais tarde passou a integrar o espaço urbano da Matola), podemos concluir que Matola era o segundo principal centro urbano de Moçambique, depois da cidade capital.

Figura 1. Localização da cidade da Matola



Fonte: Autores.

A urbanização da Matola foi fortemente influenciada pela gestão do segundo presidente da câmara municipal, Sr. Abel Baptista, que transformou a vila numa cidade. As funções originárias da cidade eram industriais (com a instalação de indústrias nos bairros da Matola A, Machava Sede e Trevo) e residencial, a partir da infraestruturização do espaço urbano (criação das unidades residenciais). Para incentivar a ocupação do espaço, foram desenhadas estratégias de atração dos residentes, não só da cidade de Maputo (a burguesia colonial), mas também dos trabalhadores das indústrias, a partir da

disponibilização gratuita, de materiais de construção e de técnicos para assistirem ao processo de edificação das residências (Cuna, 2004; Araújo, 2005; Miquidade, 2018; Ribeiro, 2021).

Apesar do pronunciado crescimento da vila da Matola, que lhe permitiu elevar à categoria de cidade, a mesma esteve fortemente ligada às dinâmicas do desenvolvimento da cidade de Maputo. Esta proximidade física e socioeconómica terá aumentado os movimentos pendulares entre as duas urbes, conduzindo à criação da Companhia de Transportes de Moçambique (Cuna, 2004; Araújo, 2005). As duas cidades se conectam, formando um mesmo espaço urbano, contínuo, uma conurbação.

Após a independência, em 1975, Cuna (2004) e Miquidade (2018) referem que o gestor da cidade da Matola passou a ser indicado pelo Governo de Moçambique. Contudo, o sistema de funcionamento da câmara não alterou significativamente. A alteração que os autores revelam foi a atenção dada aos bairros mais populosos e carenciados em serviços sociais básicos, se ajustando, fundamentalmente, àquilo que Matos (2024) chamou de criação de cidades “uno e justas socioespacialmente”, mas sem resultados consideráveis na superação das desigualdades socioespaciais.

A partir da Resolução 5/80 da Assembleia Popular, a cidade da Matola perde a sua autonomia administrativa e passa a integrar a cidade de Maputo, formando a chamada “Grande Maputo”. Esta medida pode ter sido influenciada pelo facto de as duas cidades se constituírem numa única mancha urbana, daí a leitura de que não poderiam ser geridas e planeadas separadamente. Araújo (2005, p.4) refere que o processo de “tomada” das cidades pelos moçambicanos, logo após a independência, impulsionou a periferização da cidade da Matola, ao possibilitar “crescer muito os seus espaços suburbanos, tendo funcionado como uma espécie de “tampão” para a migração em direcção a Maputo”.

Autores como Adamo (2003), Cuna (2004) e Miquidade (2018) apontam o facto de a criação da “Grande Maputo” ter afectado o ritmo de crescimento que a cidade da Matola vinha registando. A união usurpou as fontes tributárias da cidade da Matola, que migraram para a cidade de Maputo, ao mesmo tempo em que a cidade da Matola passou a ser pensada a partir de Maputo.

Em 1986, a partir do Decreto nº 4/86, o Governo de Moçambique resolve rever a divisão político-administrativa do país, com o principal propósito de se ajustar aos novos tempos e definir os espaços urbanos moçambicanos. No ano seguinte, com base num estudo encomendado pelo Governo para a hierarquização urbana, é aprovada a Resolução nº 7/87, de 25 de abril, que classifica as cidades em quatro (4) níveis hierárquicos. Esse exercício trouxe importantes alterações, com implicações para a cidade da Matola, nomeadamente: (i) desanexação da cidade da Matola do projecto “Grande Maputo”; (ii) a cidade da Matola torna-se uma cidade autónoma e com isso a capital da Província de Maputo; e (iii) é categorizada no nível hierárquico “C” dos espaços urbanos (que é constituída pelas cidades capitais provinciais), com exceção de Maputo, que foi categorizada com o nível “A” (capital nacional) e Beira e

Nampula, com o nível “B” (capitais regionais centro e norte, respetivamente). Para Ribeiro (2021, p. 124), a desanexação da Matola ao projecto “Grande Maputo” condenou ao retrocesso, já que passou por “graves problemas com destaque para a exiguidade do Orçamento Geral do Estado – OGE (abalo provocado pelo fim do projecto de “Grande Maputo”) e retirada de técnicos e de capital humano importante (Coelho, 2004)”.

Após a desanexação da cidade da Matola, em 1990 é criado o Município da Matola e, em função da criação das autarquias locais, pela Lei nº 2/97, de 8 de fevereiro, o município é transformado em autarquia, com a realização das primeiras eleições em 30 de junho de 1998, onde foram instalados os novos órgãos de poder local, nomeadamente a Assembleia Municipal e o Conselho Municipal.

O presente artigo procura compreender as dinâmicas da/na cidade da Matola, a partir do processo de urbanização, mostrando como a organização interna se foi conformando ao longo do tempo. O artigo explora, igualmente, as dinâmicas populacionais por bairro e discute a situação dos indicadores de urbanidade desenvolvidos por Araújo (1999; 2003). Para a elaboração das reflexões apresentadas ao longo do texto, recorreu-se a uma revisão bibliográfica das publicações referentes à cidade da Matola, procurando apreender como se engendrou a ocupação do espaço urbano e, com isso, compreender a organização interna da cidade. Para a análise da dinâmica populacional recorreu-se aos dados dos censos de 1980, 1997, 2007 e 2017. Infelizmente não foi possível obter informações dos indicadores de urbanidade para os censos de 1980, 1997 e 2007, o que restringiu a análise apenas ao ano de 2017.

A reflexão se atreve a compreender a organização interna da cidade da Matola a partir do “modelo de organização espacial dos espaços urbanos em Moçambique”, desenvolvido por Araújo (2003). A recorrência a este modelo se configura como um exercício “espinhoso”, já que o responsável pelo modelo, quando estudou a cidade da Matola, numa publicação de 2005, não o recorreu. Das várias obras consultadas, muitas delas referenciam o modelo de Araújo, mas o implementam de uma forma acrítica, o que distorce a sua utilidade na compreensão da urbanização da cidade.

Apesar de interpretarmos a cidade da Matola a partir do modelo de Araújo, o mesmo não nos aprisiona. Pensamos que a aplicação do modelo para compreender a cidade da Matola se mostra como um passo importante para a (des)construção do modelo, evidenciando processos contemporâneos de produção das cidades moçambicanas. Igualmente se torna interessante compreender esta cidade à luz do modelo, porque (i) se trata de uma cidade conurbada, fenómeno incomum nos espaços urbanos moçambicanos; e (ii) é uma cidade cujo seu desenvolvimento esteve bastante ligado às dinâmicas da cidade capital, ou seja, foi pensada como parte integrante da cidade de Maputo.

2. A ORGANIZAÇÃO INTERNA DA CIDADE DA MATOLA



As cidades sempre apresentaram uma organização interna resultante de fatores como nível de renda e *status* dos grupos sociais. Para além desses fatores, poderia ser incluída a localização das atividades industriais e comerciais. É importante ressaltar que esses fatores não são estáticos, mas dinâmicos, em função dos contextos temporais e espaciais.

Para compreender as diferenciações das áreas intraurbanas, foram desenhados modelos que ajudavam a entender a estrutura interna das cidades. A partir da forte influência da Escola de Chicago, foram produzidos modelos (como os de Burgues, de Hoyt e de Harris e Ullmann) que se tornaram referências mundiais. Todos esses possuíam uma forte inspiração norte-americana, o que os tornava, muitas vezes, desajustados aos diferentes contextos espaciais. Souza (2010, p.75) refere que “... independentemente de seus vieses ideológicos explicativos, não davam conta adequadamente, nem sequer em termos descritivos, da realidade espacial de outras cidades que não a norte-americana”.

Em função dos desajustamentos espaço-temporais, pesquisadores de diferentes realidades espaciais se lançaram a compreender os seus respectivos espaços. Para o Brasil, Souza (2010) procurou compreender a organização interna do Rio de Janeiro. Em Moçambique, Araújo esboçou um modelo para a cidade de Maputo (1999). Depois do exercício realizado para a cidade de Maputo, Araújo (2003) delineou o modelo que permite compreender os espaços urbanos moçambicanos, o qual denominou de “modelo de organização espacial dos espaços urbanos em Moçambique”.

O modelo de Araújo se centra fundamentalmente na produção histórica das atuais cidades moçambicanas, que foi um processo de transplantação da cidade Ocidental, ou seja, a reprodução clássica do modelo de cidade Ocidental, que ignorou as realidades urbanas locais. Para além de ser uma cidade “alógena” (Araújo, 2003), as cidades eram fundamentalmente discriminatórias, segregadas em função da cor da pele. Esta forma de conceber e produzir a cidade, na era colonial, limitava o espaço urbano apenas aos espaços de ocupação colona, que se encontravam adequadamente estruturados, com uma planta ortogonal e se beneficiando dos meios de consumo coletivo. Para Araújo (2003, p.70), a

“cidade de cimento” é também conhecida como a área urbana, por se encontrar bem-organizada territorialmente, obedecendo a uma planta ortogonal. É uma área de ocupação planejada, com rede viária pavimentada, serviços de saneamento básico moderno, redes de abastecimento de energia elétrica, de água potável e de telecomunicações. As construções, em geral, são constituídas por edificações verticalizadas e forte concentração de comércio e serviços.

Adjacente à área urbana, surge um espaço periférico, constituído por habitações construídas na base de material vegetal, denominado de caniço, e ocupado pela população nativa, responsável pelo saneamento da cidade de cimento. Segundo Araújo (2003, p.170) a



“cidade de caniço” é também conhecida como a área suburbana, constituída por bairros não planejados, de planta indiferenciada ou anárquica; elevada densidade de ocupação do solo, dificultando a circulação e falta de espaços para serviços; redes de abastecimento de energia elétrica e de água potável deficientes ou inexistentes; falta ou muito deficiente rede de telecomunicações; falta de serviços de saneamento básico; construção horizontal, com predomínio de material de construção de baixo custo ou precário; falta de serviços e deficiente rede comercial; dificuldades de circulação viária; área fundamentalmente residencial de classes trabalhadoras pobres; existência de algumas unidades industriais; graves problemas ambientais.

Finalmente, Araújo (2003) projeta a terceira área, que denominou de área periurbana, que é o espaço de expansão das cidades, fundamentalmente rural e carente dos meios de consumo coletivo. Contudo, são espaços onde é possível planejar os bairros, evitando a reprodução ou extensão da área suburbana. Para Araújo (1999, p.177), esta terceira área não fazia parte do modelo de cidade herdado do período colonial, mas sim um projeto de cidade que surge no período pós-independência, quando a partir do decreto de 1986, “população que num dia era considerada como rural e que vivia e agia como tal, no dia seguinte passou a ser urbana, sem que tivesse ocorrido qualquer transformação na ocupação do espaço, nas formas de produção, no comportamento e na economia familiar”.

Esta forma de conceber e produzir a cidade passou a ser assumida pelos órgãos do Governo e instituições que gerem e planejam os espaços urbanos. Esta divisão das cidades em três (3) áreas aparece em documentos oficiais do Ministério da Administração Estatal e Função Pública, no Ministério da Terra e Ambiente, nos órgãos municipais e na Associação dos Municípios de Moçambique. É uma visão que confunde o conceito de urbano e de cidade, como já avançado por Araújo (1997), Matos e Medeiros (2010) e Matos (2021), pois projetam o crescimento espacial da cidade de uma forma contínua e sempre que necessário.

Os estudos realizados para a cidade da Matola, discutindo aspetos relacionados com a urbanização, mencionam a existência desta forma de diferenciação das áreas intraurbanas, de acordo com o modelo de Araújo, mas de uma forma acrítica e pouco desenvolvida. Do conjunto dos autores consultados, conseguem-se verificar duas formas de as analisar, nomeadamente: (i) tomam como base os Postos Administrativos (PA) (Miquidade, 2018; Ribeiro, 2021); e (ii) referenciam o modelo, mas não indicam quais bairros fazem parte de cada uma das três (3) áreas (Adamo, 2003; Manjate, 2003; Cuna, 2004; Araújo, 2005).

O modelo de Araújo tem como base as características dos bairros e a sua localização. A partir dessa informação, o autor agrupa os bairros nas três (3) áreas. O desafio da aplicação do modelo implica conhecer todos os bairros e a partir desse exercício definir as três (3) áreas. Este exercício foi muito pouco desenvolvido pelos pesquisadores moçambicanos, que apenas se refugiam na referência da existência das três (3) áreas, mas quase sempre sem as compor, na prática, quais bairros fariam parte de cada uma

dessas áreas. São exceções os trabalhos realizados para as cidades de Maputo (Araújo, 1999) e Mocuba (Matos; Medeiros, 2010).

O segundo grupo de autores, que apenas referencia as áreas, simplesmente se concentra nos bairros em que desenvolveram os estudos, indicando que pertencem a uma das três (3) áreas. Para o primeiro grupo, que apresenta uma relação entre os postos administrativos e as três (3) áreas, verificam-se diferenças no número de bairros que fazem parte de cada uma das áreas. Apurou-se, igualmente, que a nomenclatura usada para denominar as três (3) áreas é diferente, recorrem ao Urbano, Periurbano e Rural¹. Os autores usam a divisão estabelecida pelo Conselho Municipal da Matola², mas em anos diferentes, o que poderá explicar as diferenças nos números de bairros por cada área. Ribeiro (2021) usou a classificação do Município efectuada logo depois do censo de 2007³, e indica que a área urbana era constituída por 25 bairros, a periurbana por 11 e a rural por 6. O trabalho de Miquidade (2018) recorre a divisão estabelecida pelo Conselho Municipal da Matola, datada de 2011, e indica que a área urbana é constituída por 26 bairros, a periurbana por 8 e rural por 9.

Esta diferença de bairros para cada área pode ser explicada pelo contexto temporal em que é usado para compor os bairros de cada área. Se a análise das áreas assentar sobre informações recentes, claramente se distorce a implementação do modelo de Araújo, que tem como foco a ideia da existência de uma cidade que congrega a área destinada ao colono, a área ocupada pela população nativa, excluída de viver a cidade colonial, e a área de expansão.

Para compreendermos a organização da cidade da Matola, ajustando-se ao modelo desenvolvido por Araújo, optou-se por se centrar à característica da cidade herdada logo após a independência. Os trabalhos desenvolvidos, tanto pelos autores do primeiro grupo como do segundo, são fundamentais para esboçar esta análise. A partir da aplicação do modelo, compreender-se-á quais as dinâmicas em curso na cidade da Matola.

¹ Esta nomenclatura aparece em Maloa (2019), mostrando que seria esta a forma de organização interna das cidades moçambicanas, apenas com a substituição da área periurbana por rural. Contudo, o autor não explica quais são as principais características de cada uma das três (3) áreas.

² A classificação de zona urbana, teve em consideração os seguintes aspetos: existência de (i) vias de acesso planificadas e transitáveis; (ii) equipamentos sociais como escolas e hospitais, (iii) tipo de ocupação sendo espontânea ou planificada; e (iv) provimento de água, energia e disponibilidade de serviços. As zonas semiurbanas são as que: (i) têm algumas vias de acesso planificadas; (ii) têm equipamentos sociais relativamente dispersos; (iii) mistura de ocupação espontânea e planificada; e (iv) pelo menos 50% de cobertura de água, energia e serviços. As zonas rurais: (i) não apresentam vias de acesso planificadas; (ii) têm alguns equipamentos sociais muito dispersos; (iii) apresentam ocupações espontâneas; e (iii) têm menos de 50% de cobertura de água, energia e serviços (Ribeiro, 2021; Miquidade, 2018).

³ A obra do município consultada não tem data de publicação. Contudo, a partir das análises que se efetuaram, é possível indicar que a obra foi publicada entre 2007 e 2009.

O exercício de definição dos bairros para cada uma das áreas é mais complexo, dado o histórico de urbanização da cidade, que surge de uma função industrial e residencial, mas fortemente ligada ao desenvolvimento da cidade de Maputo. Para além de economicamente estar ligada à cidade de Maputo, constata-se que é, também, ligada fisicamente, o que aumenta o desafio, já que parte de sua evolução encontra-se influenciada pela dinâmica da cidade capital.

A urbanização da cidade da Matola está fortemente relacionada com o processo de industrialização, com maior incidência para os bairros da Matola A e Machava Sede, que sediavam as principais indústrias da cidade e do país. É, em função dessa dinâmica, que se iniciou com o processo de implantação de bairros residenciais, sendo o primeiro a Matola B. Dada a necessidade de atração de habitantes para Matola, foram desenhadas estratégias de fixação de residentes, como a implantação de infraestruturas básicas e a disponibilização de meios de construção (Cuna, 2003; Miquidade, 2018; Ribeiro, 2021).

Em finais dos anos 1960 e princípios de 1970 a indústria se expande para o Posto Administrativo da Machava, especificamente para os bairros da Machava Sede e Trevo. É neste âmbito que surgem os bairros residenciais de Fomento, Liberdade e Patrice Lumumba. Patrice Lumumba faz parte do Posto Administrativo da Machava Sede, que devido a expansão da indústria, criou condições para o surgimento de mais bairros, como Acordos de Lusaca, Infulene A, T3 (este no Posto Administrativo de Infulene) (Cuna, 2003; Miquidade, 2018).

Olhando para a análise histórica efectuada por Cuna (2003), Miquidade (2018) e Ribeiro (2021) podemos identificar os bairros que até o ano de 1973/74 já haviam sido ocupados de uma forma mais consolidada, são eles Matola A, Matola B, Matola C, Liberdade, Fomento e Machava Sede. Apesar desse registo, importa destacar que o processo de planeamento de outros bairros, como Matola D, E, G, H e J (no P.A. Matola), Acordos de Lusaca, Trevo e Infulene A (no P.A. da Machava) e Patrice Lumumba e T3 (P.A. do Infulene) já apresentavam ações de parcelamentos e arruamentos, mas ainda não se encontravam ocupados na sua totalidade.

As análises desenvolvidas por Ribeiro (2021) e Miquidade (2018) evidenciam algumas contradições, já que alguns bairros aparecem como urbanos, mas ainda não apresentavam uma ocupação consolidada e parte significativa dos seus espaços eram dominados por quintas destinadas a atividades agropecuárias. São exemplos os bairros da Matola D, Tsalala, Nkobe, Matola Gare, Siduava (Ribeiro, 2021). Os trabalhos de Manjate (2003) e Adamo (2003) acrescentam mais bairros da chamada área urbana à lista dos considerados bairros de expansão, constituídos principalmente por quintas, são eles Mussumbuluco, Malhampsene, Matola J, Matola Gare, Nkobe, Khongolote e 1º de Maio.

É importante destacar que autores como Cuna (2004), Adamo (2003) e Miquidade (2018) referem que os bairros da Matola C e B faziam parte do grupo de bairros que tiveram uma ocupação anárquica. É importante ter algumas cautelas nessa análise, sendo imperioso contextualizar, já que a referência que eles tomam é o período pós-independência, quando os bairros foram “tomados” pelos migrantes e ocupados de uma forma anárquica, procurando “resgatar” o tempo perdido. Essa ação, de ocupação desordenada do espaço, não só afetou esses bairros, como também ocorreu na Matola A, onde se localiza o Central Business District (CBD). É um processo que não aconteceu em outras cidades moçambicanas, onde o espaço urbano (a chamada cidade de cimento), conseguiu se preservar, apesar de registar-se alterações significativas, como a mudança da cor da pele dos seus ocupantes e a consequente degradação dos meios de consumo coletivo por falta de manutenção.

Com base nas informações apresentadas, é possível definir os bairros pertencentes às áreas urbana, suburbana e periurbana (Figura 2). Para a área urbana, consideram-se os seguintes bairros: Matola A, Matola B, Matola C, Fomento, Liberdade e Machava Sede. São bairros infraestruturados e com uma ocupação consolidada até o ano de 1974. Os bairros que compõem a área suburbana são constituídos por bairros imediatamente a seguir à área urbana. Beneficiaram-se da ação administrativa de planejamento colonial, com ações de parcelamento e ordenamento do espaço. Contudo, os mesmos até o ano de 1974 ainda não estavam completamente ocupados, tendo em algumas situações uma presença significativa de quintas agropecuárias ocupadas por portugueses. São bairros que tiveram seu parcelamento e ordenamento na fase final da colonização, sendo preparados para acolher os trabalhadores das indústrias e alguns funcionários do governo colonial que não haviam conseguido espaço na cidade de cimento em Maputo. Os bairros que compõem a área suburbana são: Matola D, Matola F, Matola G, Matola H, Matola J, Acordos de Lusaca, T3, Patrice Lumumba, Trevo e Infulene A.

Os restantes bairros foram definidos como pertencentes à área periurbana. São bairros que aquando da independência eram considerados bairros de expansão, ou mesmo rurais. Como a cidade da Matola se desenvolveu em torno de dois principais núcleos urbanos, nomeadamente Matola A e Machava Sede, os dois núcleos influenciaram a urbanização adjacente, ou seja, dos bairros limítrofes. O crescimento da cidade foi em direcção ao Norte, com destino aos distritos de Moamba e Marracuene. Para o Sul estava o Oceano Índico. Para Este se encontra a cidade de Maputo e para o Oeste está a Vila de Boane, limitada pelo Rio Matola, impedindo o avanço da fronteira administrativa para além do limite natural.

Após a independência, a ocupação do espaço urbano se tornou anárquica, longe do controle da autarquia e à margem do parcelamento e ordenamento concebido ainda antes da independência. A forma como a cidade foi sendo (re)produzida coloca em causa algumas das características dos indicadores de urbanidade, assentes em: (i) abastecimento de água; (ii) saneamento básico; (iii) tipo de habitação; (iv) acesso à energia; e (v) recolha de resíduos sólidos.

O modelo de Araújo não só mostrava as diferenciações entre as áreas intraurbanas, denunciando os espaços de concentração da pobreza, como também evidenciava que as condições de vida nos espaços urbanos tendem a precarizar à medida que se afastam do centro para a periferia. Estudos mais recentes sobre a dinâmica dos espaços urbanos moçambicanos (Maloa; Nascimento Jr, 2018; Maloa, 2019; 2021; Matos, 2021, 2024) têm mostrado que a periferia tende a passar por transformações na sua paisagem, levando a algumas melhorias na condição de vida, principalmente porque se beneficiaram de ações de algum planeamento e ordenamento do território, como também porque foi sendo um espaço ocupado por população com alguma renda (funcionários liberais), que optaram por escolher esses espaços para a construção da habitação própria e/ou segunda residência (a partir dos processos de autoconstrução). São espaços que se beneficiaram, igualmente, de investimentos privados, com a construção de condomínios fechados.

Nas próximas secções nos concentraremos em compreender, num primeiro momento, como a população evoluiu e se distribuiu pelo espaço desde 1980. Num segundo momento, analisaremos a situação dos indicadores de urbanidade, tendo como base os dados do censo de 2017. Finalizaremos o artigo refletindo sobre o tipo de urbanização que tem caracterizado a cidade.

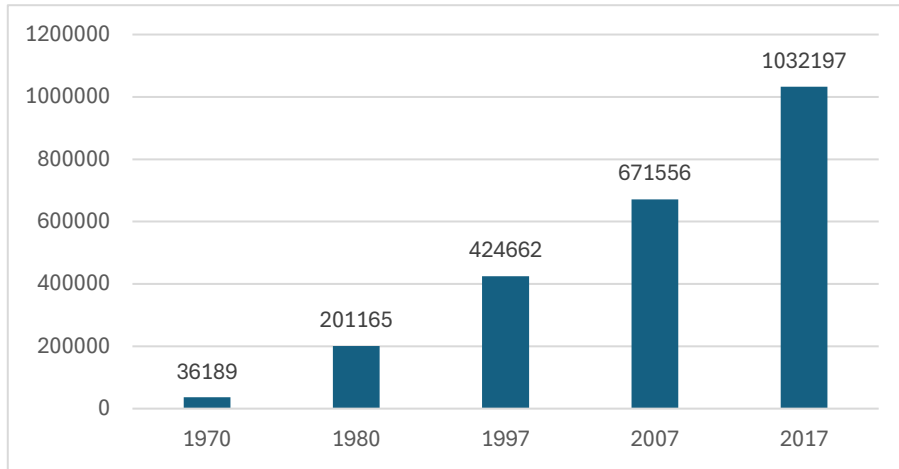
3. EVOLUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA POPULAÇÃO

A cidade da Matola vem registando um crescimento populacional bastante pronunciado ao longo dos últimos 50 anos. Em 1970, ainda durante o período colonial, a cidade, que na altura ainda tinha o estatuto de vila, albergava 36 189 habitantes. Este número não inclui a vila da Machava, pois eram considerados dois núcleos populacionais diferentes. Em 1972, com a transição para o estatuto de cidade, Matola passa a contar com os dois núcleos populacionais, tornando-se, assim, no segundo principal centro urbano do país, ao alojar pelo menos 80 mil habitantes, superando a cidade da Beira, que albergava menos de 50 mil habitantes (INE, 1972; Araújo, 2003).

Analisando o gráfico 1 compreende-se que até o ano de 1997, a cada censo realizado, a cidade duplicava a sua população. Em 2017, a cidade alcança a barreira de um milhão de habitantes, encostando-se à cidade de Maputo. As duas cidades formam uma conurbação, o que significa que em 2017 as duas cidades albergavam mais de 2 milhões de habitantes.



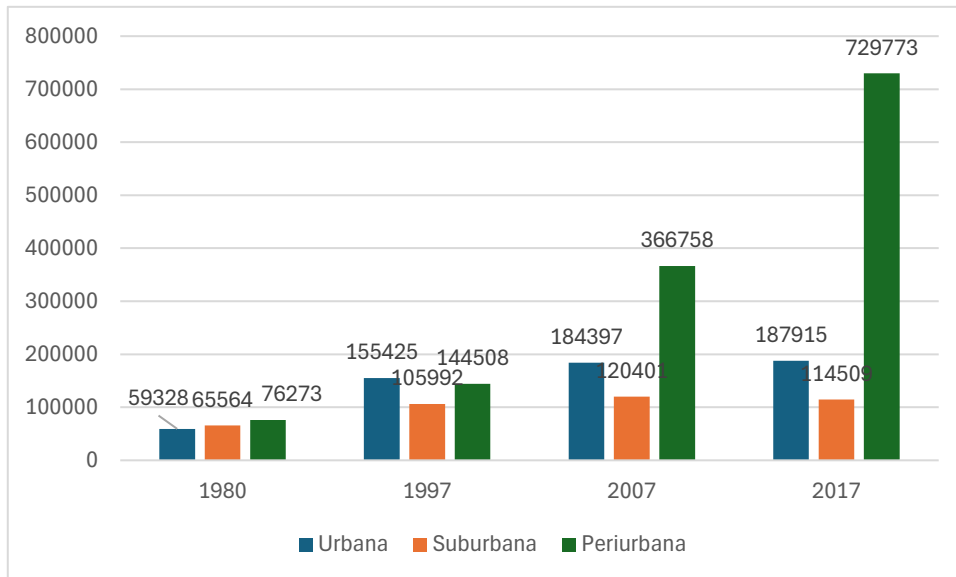
Gráfico 1. Evolução da população da cidade da Matola



Fonte: Autores, com base nos censos de 1970, 1980, 1997, 2007 e 2017

Se a análise for efectuada tendo em conta as três (3) áreas que compõem a cidade, podemos constatar que até o ano de 1997 a população se distribuía quase que equitativamente entre as três (3) áreas. Nos censos seguintes, verifica-se que a área periurbana apresentou um crescimento bastante significativo, dobrando a sua população a cada censo realizado (Gráfico 2).

Gráfico 2. Evolução da população por áreas da cidade da Matola

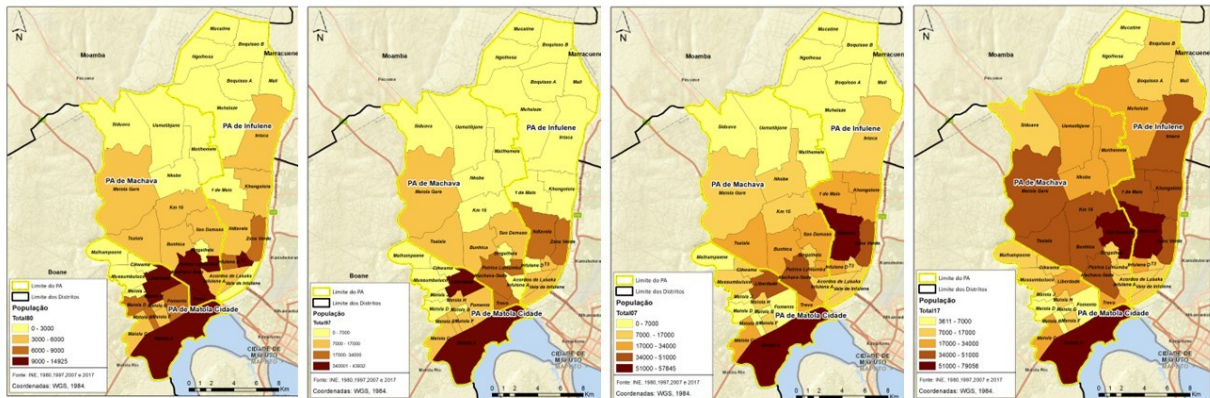


Fonte: Autores, com base nos censos de 1980, 1997, 2007 e 2017

Do gráfico 2 constata-se que em 1997 as áreas urbana e periurbana apresentavam tamanho de população muito próximas. Ao nível dos bairros, constata-se que em 1980, dos 10 bairros mais populosos,

quatro (4) faziam parte da área urbana (Machava-Sede, Matola A, Liberdade e Fomento) e quatro (4) da área suburbana (T3, Patrice Lumumba, Trevo e Matola H). Para o censo de 1997, a área urbana introduziu mais um (1) bairro (Matola C) e a área suburbana reduz, passando para três (3) bairros, com a saída do bairro da Matola H. Importa destacar que nesses dois censos, três (3) bairros da área urbana se apresentavam como os mais populosos da cidade (Machava-Sede, Matola A e Liberdade) (Figura 3).

Figura 3. Evolução da população desde 1980 a 2017

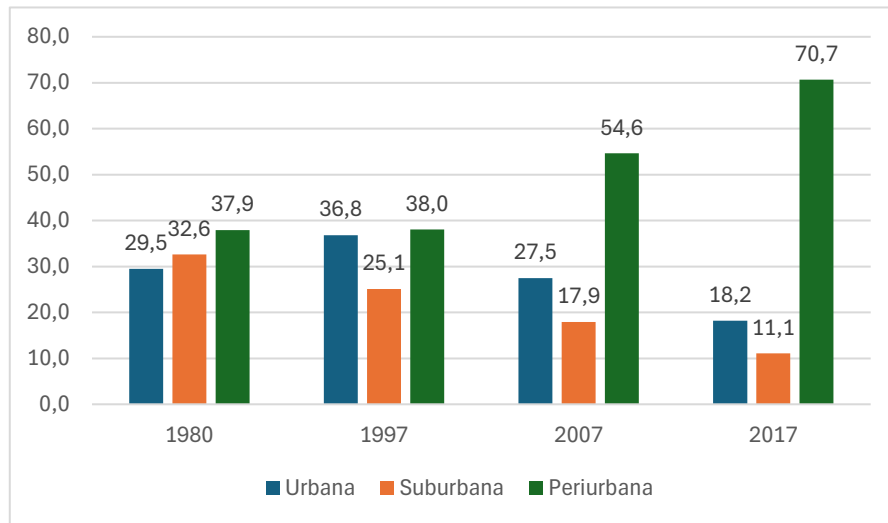


Fonte: Autores, com base nos censos de 1980, 1997, 2007 e 2017

Em 2007 a população residente na área periurbana duplica a existente na área urbana. O mesmo acontece no censo de 2017. Esta alteração é reflexo do impacto que os bairros da área periurbana passaram a ter, com a sua ascendência aos lugares cimeiros em termos de tamanho da população a albergar. Em 2007, dos 10 bairros mais populosos da cidade, constata-se que seis (6) eram da área periurbana (Ndlavela, Zona Verde, Bunhica, São Damaso, Tsalala e Khongolote). Nesse mesmo ano, os bairros da área suburbana deixam de figurar dos 10 bairros mais populosos. No censo de 2017, apenas um bairro da área urbana (Matola A) continua a fazer parte do grupo dos 10, ocupando a segunda posição no ranking. Os bairros da área periurbana que ingressam ao grupo dos 10 são: Intaca, 1º de Maio e Km 15.

Se analisado o peso da população por área da cidade, percebe-se como as dinâmicas apresentadas nos parágrafos anteriores se ajustam ao gráfico 3. Verifica-se uma distribuição quase que equitativa entre as áreas no ano de 1980. Nos anos seguintes essa distribuição é profundamente alterada, com a redução do peso da área suburbana, que dos 33% da população que albergava em 1980, passou para 11% em 2017. A área urbana, apesar de ir registando um decréscimo da sua participação no tamanho da população, experimenta uma exceção em 1997, quando aumenta a sua participação.

Gráfico 3. Evolução do peso da população por área da cidade da Matola



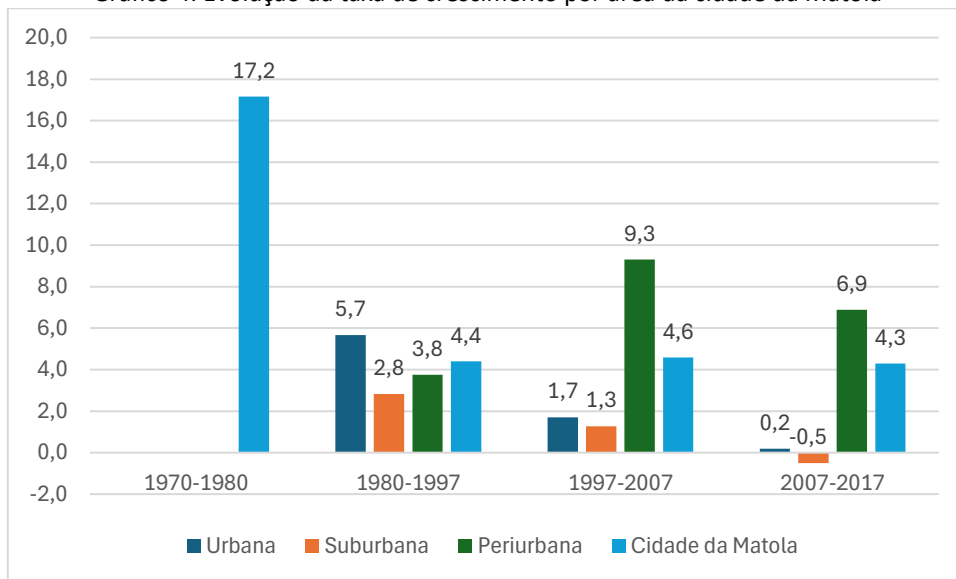
Fonte: Autores, com base nos censos de 1980, 1997, 2007 e 2017

Para a área periurbana constata-se que entre os censos de 1980 e 1997 a sua participação se manteve quase que estática. As alterações iniciam no censo de 2007, quando passou a albergar mais de 50% da população da cidade, superando a barreira dos 70% em 2017. É importante realçar que de 1980 a 1997 o país vivenciava a guerra civil, que afetava as áreas rurais e as periferias das cidades, tornando essas áreas inseguras. É também um período de “implosão urbana”, como refere Araújo (2003), em que a população moçambicana “toma” a cidade, principalmente a área colonial e os respetivos bairros adjacentes. É bem provável que estes fatores explicam o comportamento dos bairros urbanos e suburbanos até o ano de 1997, quando as áreas periféricas começam a beneficiar-se de segurança (os Acordos Gerais de Paz são assinados em 1992), de disponibilidade de espaços a preços acessíveis e de investimentos infraestruturais, como a EN4 (Estrada Nacional nº 4) e a Estrada Circular de Maputo.

Se analisadas essas dinâmicas tendo em conta as taxas de crescimento, pode-se verificar a partir do gráfico 4, que foi no período de 1970 a 1980 que se registou a maior taxa de crescimento da população, atingindo os 17,2%. É um período em que o país alcança a Independência Nacional, marco importante para o povo moçambicano, o que permitiu ocupar os espaços outrora excludentes (destinados apenas aos colonos). Nos períodos seguintes, as taxas de crescimento se estabilizam, variando entre 4,3% e 4,6%. Esta tendência de comportamento apresentada pela cidade de Matola, está em sintonia com a registada em outras cidades moçambicanas, como estudado por Araújo (2003). Todavia, no primeiro período, a taxa de crescimento da cidade da Matola é a segunda mais baixa de todas as cidades moçambicanas (está abaixo da média de 22,3%).

Enquanto a contribuição das áreas urbanas e suburbanas vai decrescendo ao longo do tempo, a da periurbana parece apresentar uma tendência diferente. No período de 1980-1997, o crescimento da cidade foi fortemente influenciado pelo crescimento populacional dos bairros da área urbana. Os bairros que mais contribuíram para esse crescimento são Matola C (8,0%), Liberdade (7,1%) e Fomento (6,3%). Porém, do conjunto dos 10 bairros com as maiores taxas de crescimento, constata-se que sete (7) são da área periurbana (Figura 4). Contudo, o seu contributo no tamanho da população da sua área e da cidade é modesto, já que eram bairros fracamente povoados.

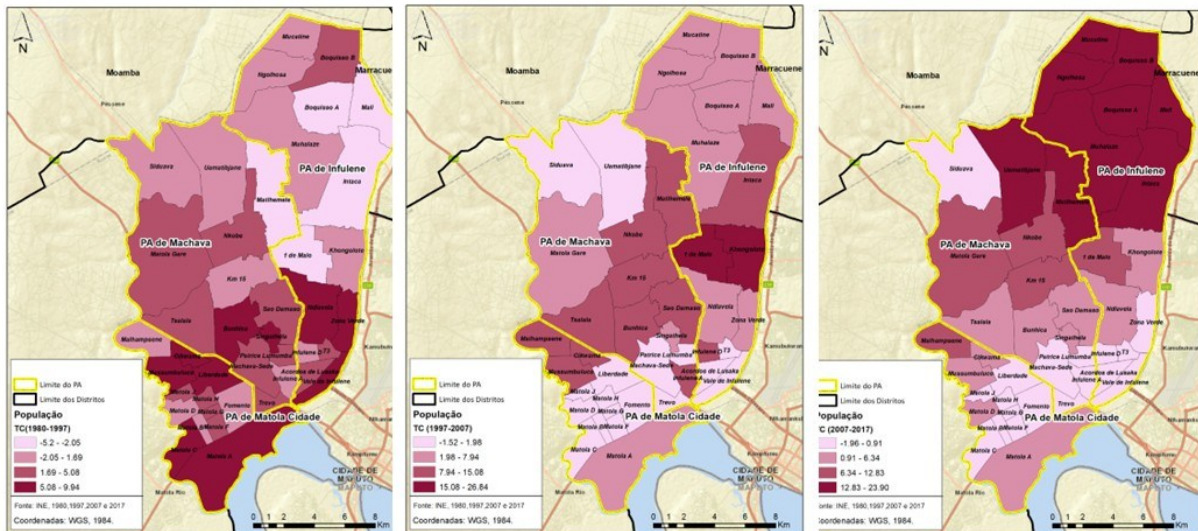
Gráfico 4. Evolução da taxa de crescimento por área da cidade da Matola



Fonte: Autores, com base nos censos de 1970, 1980, 1997, 2007 e 2017

Nos períodos seguintes, o crescimento da população da cidade é influenciado pelos bairros da área periurbana que passaram a registrar as maiores taxas de crescimento da cidade. A partir de 1997, a cidade cresce devido à pressão dos bairros da área periurbana. No primeiro período (1997-2007), enquanto as outras áreas não alcançam os 2% de crescimento, a área periurbana ultrapassa a barreira dos 9%. É nesta área em que se encontram 12 bairros com taxas de crescimento acima da média da sua área, ou seja, com taxas de crescimento que variam dos 10% e 27% (1º de Maio, Khongolote, Nkobe, Malhampsene, São Damaso, Mussumbuluco, Tsalala, Km 15, Mathlemele, Infulene D, Intaca e Bunhica).

Figura 4. Evolução da taxa de crescimento populacional



Fonte: Autores, com base nos censos de 1980, 1997, 2007 e 2017

No segundo período (2007-2017), o crescimento é também dominado pelos bairros da área periurbana. As cifras do crescimento continuam altas, variando entre 10% e 24%, e 12 bairros se encontram nesse cenário, nomeadamente Mali, Uamatibjane, Muhalaze, Boquisso B, Boquisso A, Mucatine, Ngolhosa, Intaca, Matola Gare e mais dois que faziam parte dos bairros com maiores taxas de crescimento no período anterior (Km 15 e Nkobe).

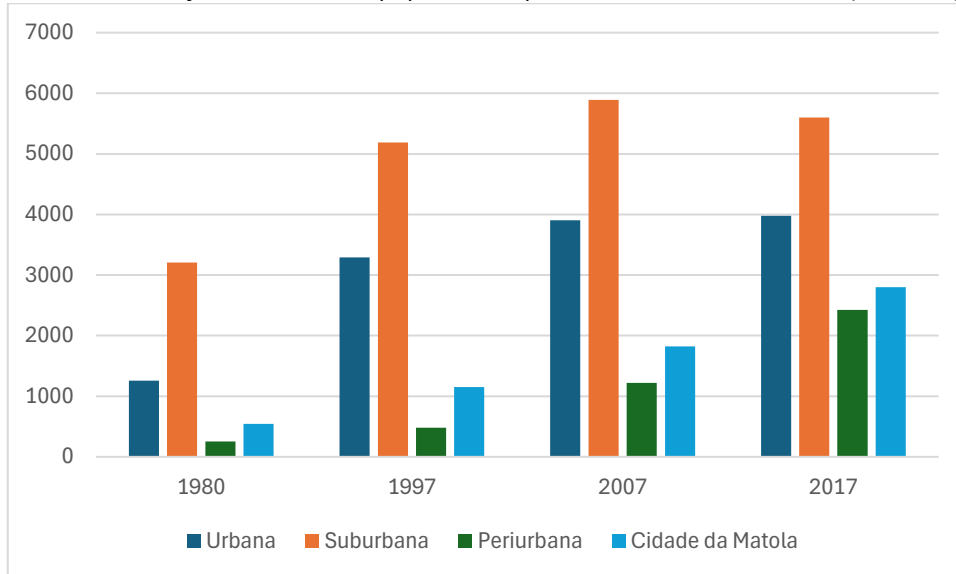
Analisando atentamente o comportamento das taxas de crescimento nos últimos dois períodos, é possível perceber que no primeiro, os bairros que mais cresceram são os que estão mais próximos dos bairros suburbanos. No período seguinte, são os bairros mais distantes, que passam a ser espaços que atraem mais residentes para a construção da habitação.

Como referido nos dois períodos analisados anteriormente, constata-se que as duas áreas (urbana e suburbana) reduziram as taxas de crescimento ao longo do tempo. A área suburbana alcançou o crescimento negativo no último período. Contudo, é importante destacar que desde o período de 1980-1997 a Matola registou alguns bairros com taxas de crescimento negativas. No período 1980-1997 os bairros com taxas de crescimento negativas foram Boquisso A, Mali, Intaca, 1º de Maio, Mathlemele, Matola D, Infulene D e Khonglote. Todos estes bairros, com exceção da Matola D, fazem parte da área periurbana. Esta redução da sua população pode ser explicada pela necessidade de fixar a residência próximo dos bairros centrais ou mesmo nos suburbanos. Nos períodos seguintes, novos bairros entram em cena, nomeadamente Liberdade, Matola B, Matola G e T3 (1997-2007) e Matola B, Matola G, Matola F, Liberdade, T3, Patrice Lumumba, Matola H, Infulene A, Fomento e Matola J (2007-2017). Esta característica reforça a ideia de que os bairros centrais e os suburbanos deixaram de ser atrativos, o que

poderá ter implicado em migrações para bairros mais periféricos, com espaços disponíveis e preços acessíveis.

Analisando o gráfico 5 percebe-se que o aumento da população foi acompanhado pelo aumento da densificação. Contudo, esse aumento não foi equilibrado ao nível das três (3) áreas da cidade. Em todos os censos realizados, a área suburbana sempre foi a que teve os bairros com mais população por quilómetro quadrado. Ao longo do tempo, a densidade demográfica dessa área foi aumentando, com a exceção do último censo onde se registou um decréscimo, mas mantendo a posição cimeira.

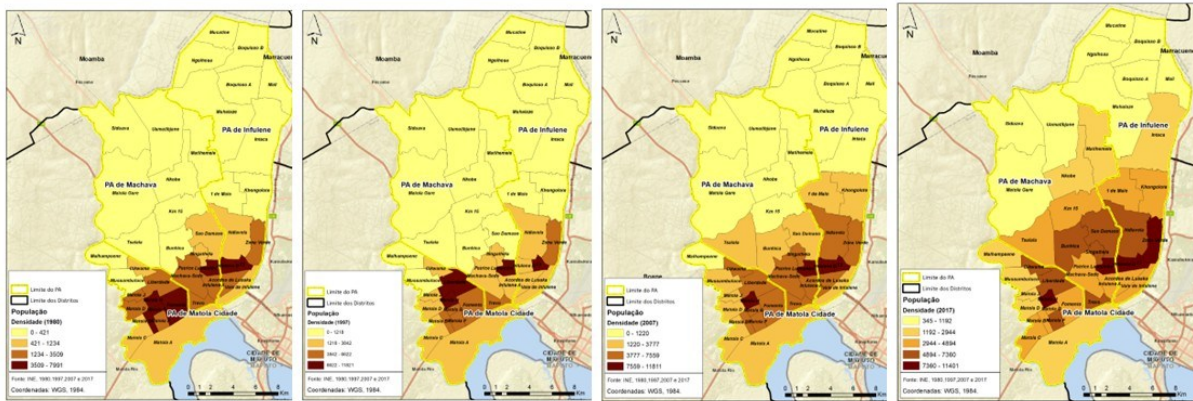
Gráfico 5. Evolução da densidade populacional por área da cidade da Matola (Hab/km²)



Fonte: Autores, com base nos censos de 1980, 1997, 2007 e 2017

O gráfico 5 elucida, ainda, que a área urbana teve um crescimento bastante significativo no período de 1980 a 1997, quando triplicou o número de população por quilómetro quadrado. Em 1980 existiam 10 bairros com densidades populacionais acima de 2 000 hab/km². Neste grupo, apenas três (3) bairros (Matola B, Liberdade e Machava C) faziam parte da área urbana. Os restantes eram bairros da área suburbana. Esta tendência se mantém para o ano de 1997, quando se analisam os 10 primeiros bairros com as maiores densidades populacionais. A exceção para este ano é a entrada de um bairro da área periurbana (Zona Verde) em substituição de um bairro da área urbana. Se a análise tiver como base bairros com densidades populacionais acima de 3.000 hab/km², então o número de bairros que compõem esse grupo é de 15, dos quais sete (7) são da área suburbana, cinco (5) da área urbana e três (3) da periurbana (Figura 5).

Figura 5. Evolução da densidade populacional



Fonte: Autores, com base nos censos de 1980, 1997, 2007 e 2017

Nos censos seguintes (2007 e 2017) observa-se que os bairros da área urbana e suburbana continuam a ocupar posições cimeiras no ranking dos bairros com as maiores densidades populacionais. Porém, há entrada de mais bairros da área periurbana, principalmente os bairros localizados imediatamente a seguir a área suburbana. Esta situação reforça a ideia de que os bairros da área urbana, logo depois da independência, tornaram-se bastante atrativos. Pese embora sem informação da população por bairros no censo de 1970, os trabalhos de Cuna (2004), Miquidade (2018) e Ribeiro (2021) robustecem a ideia de que os bairros da área central já se encontravam consolidados, a partir das estratégias de incentivo adoptadas pela gestão da Câmara Municipal. Os mesmos autores reforçam que com a independência esses bairros foram massivamente ocupados, sem respeitar a planeamento desenhado para os respectivos bairros. Essa corrida para a ocupação dos bairros da área central é também corroborada com as taxas de crescimento dos bairros mais periféricos da cidade, que tiveram redução da sua população. Com o tempo, os espaços suburbanos passam a ser espaços preferenciais e, quando estes se tornam abarrotados, os bairros imediatamente a seguir passam a ser os elegidos e assim a densificação na ocupação do espaço vai caminhando para os bairros mais distantes, onde o Município teve a oportunidade de planejar a sua ocupação, permitindo um relativo ordenamento na ocupação do espaço.

4. OS INDICADORES DE URBANIDADE

O debate sobre o que é cidade ou não remonta ao período colonial, quando, apesar de definidos os conceitos a serem adotados nos levantamentos censitários, os mesmos se mostravam discriminatórios. Durante o período colonial, não bastava residir no espaço delimitado como cidade para ser contabilizada como população urbana, era preciso pertencer ao grupo da população colona (Matos et al., 2025). A independência trouxe consigo uma nova filosofia de gestão territorial, assente no modelo socialista, e

com isso a cidade moçambicana não é só delimitada a partir da e pela chamada cidade de cimento (a cidade colonial), mas também passou a incluir os espaços de ocupação dos indígenas, a chamada cidade de caniço, e áreas de expansão.

Esta nova forma de classificar a cidade, que inclui população rural aos espaços da cidade, a partir de um decreto, terá deturpado o conceito de cidade, levando Araújo (2002) a refletir a respeito, num artigo em que discutiu a ruralização das cidades moçambicanas. Em princípios da década de 90, Araújo (1992) já denunciava o equívoco que a administração do Estado estava a ter, ao considerar cidade e urbano como sinónimos. É, a partir dessa preocupação que Araújo (1997) inicia sua reflexão sobre o que é cidade em Moçambique, tendo culminado com a elaboração do modelo de organização interna das cidades para demonstrar as desigualdades socioespaciais intraurbanas. Para isso, toma em consideração alguns indicadores que denominou de urbanidades.

Os indicadores de urbanidade adotados por Araújo (1999, 2003) estão fortemente relacionados com o modelo de cidade Ocidental. Esse modelo de cidade ficou sacralizado no imaginário e ideário do moçambicano, como refere Matos (2024), onde cidade é a área colonial, o espaço da cidade que se mostra mais próximo da cidade Ocidental. As áreas adjacentes, espaços de ocupação anárquica e distantes do modelo de organização e produção do espaço à semelhança da cidade Ocidental, são consideradas bairro, onde a luta é transformar o bairro em cidade de cimento. É nessa visão que Araújo considera que os indicadores de urbanidade nos ajudam a compreender o tipo de cidade produzida no país, denunciando as desigualdades socioespaciais, o que permite desenhar políticas públicas adequadas ao desenvolvimento socioespacial.

Para Araújo (1999; 2003), o entendimento dos espaços urbanos passa por compreender (i) o tipo de atividade económica desenvolvida pelo chefe do agregado família (permitindo analisar se não estamos perante aglomerados populacionais cuja principal atividade económica assenta no sector primário – agricultura, pecuária e pesca); (ii) o tipo de habitação (para mostrar o tipo de material usado na construção das residências, se são modernos ou precários e tradicionais); (iii) as condições de abastecimento de água (não só para mostrar as áreas carenciadas no acesso a este serviço, mas também para relacionar a habitação moderna e o serviço de encanamento); (iv) saneamento básico (mostrando os desafios que os gestores municipais podem enfrentar para eliminar as latrinas, ao mesmo tempo que se mostra os beneficiários do sistema de esgoto da cidade); e (v) condições de acesso a energia eléctrica.

Araújo (1999) trabalha com esses indicadores tendo como base os bairros da cidade. Os indicadores mostram se os bairros fazem parte das áreas urbanas, suburbanas e periurbanas, tendo em conta as características de cada uma das áreas. Matos (2024) inclui a recolha de resíduos sólidos como um indicador de urbanidade relevante, já que o mesmo também mostra as diferenças entre as três (3)

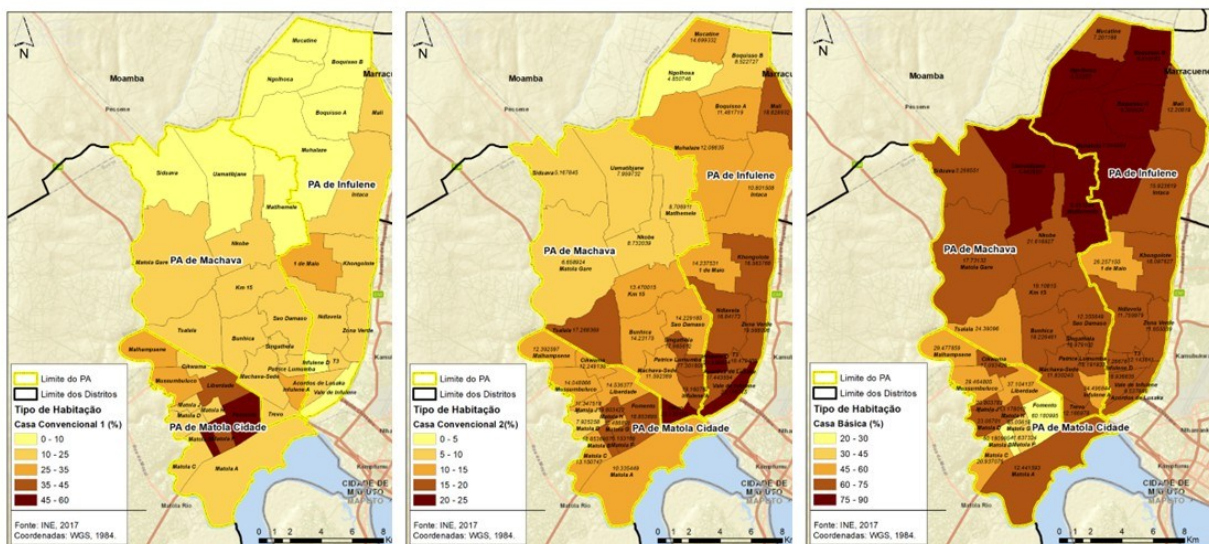
áreas. Deste conjunto de indicadores, a reflexão não explorará o tipo de atividade do chefe do agregado familiar porque não foi possível obter a informação que permitisse trabalhar, tendo como base o bairro.

5. TIPO DE HABITAÇÃO

Os dados do censo de 2017 mostram que a cidade é fundamentalmente constituída por habitações do tipo casa básica (66,2%) e casa convencional (31,4%) (Figura 6). Os dois tipos de habitação são classificados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) como habitações construídas na base de materiais convencionais, diferenciando-se no facto da casa básica não possuir banheiro e nem cozinha ligadas à casa principal, como acontece com a casa convencional. O INE (2017, p. 72) inclui na habitação básica o “conjunto de quartos geminados (casa comboio) que utilizam os mesmos serviços (casa de banho⁴, cozinha e água)”.

De uma forma geral, analisando as categorias de habitação existentes na cidade, é possível verificar que as palhotas (0,3%) são o tipo de habitação em que a família recorre aos materiais de origem vegetal para a edificação da habitação. Com a melhoria das condições de vida, os agregados familiares substituem partes da sua palhota por materiais convencionais e o tipo de habitação passa a ser categorizado como casa mista (1,8%). Quando os materiais de origem vegetal são completamente substituídos por materiais convencionais, a habitação é categorizada como sendo casa básica.

Figura 6. Distribuição das habitações Convencional, Convencional Incompleta e Casa Básica



Fonte: Autores, com base no censo de 2017.

⁴ Banheiro.

Na categoria de habitação convencional, o INE subdivide em dois grupos, sendo o primeiro constituído por habitações em que tanto o banheiro como a cozinha encontram-se integrados à casa principal (17,5%). A outra é quando uma das divisões (banheiro ou cozinha) encontra-se separada da habitação principal (13,9%). Nesta categoria, considerar-se-ia que o modelo de cidade ocidental é consentâneo com a habitação convencional, onde o banheiro e a cozinha encontram-se integrados à habitação principal. Também, se incluem no modelo de cidade ocidental as flats/apartamentos (0,2%).

Analisando estes dados, observa-se que a cidade da Matola apresenta uma característica semelhante das cidades classificadas na mesma hierarquia urbana, como foi demonstrado no relatório de Migração e Urbanização publicado pelo INE (2023), onde praticamente quase que não existe uma verticalização dos edifícios. Desde o período colonial, como referem Cuna (2004) e Miquidade (2018), a casa convencional, também conhecida por moradia, foi o tipo de habitação que mais caracterizou o espaço urbano da cidade. A verticalização foi reservada à cidade de Maputo. Ribeiro (2021) refere que a construção de condomínios fechados, a partir de 2000, que terá privilegiado habitações com dois (2) a quatro (4) pisos, não foi suficiente para alterar a característica da urbanização horizontal na cidade da Matola.

O comum nas cidades moçambicanas, é o percentual de habitações do tipo flat estarem concentradas na área urbana. Analisando os dados, constata-se que esta característica não parece ser encontrada nesta cidade, onde o bairro com maior percentual de flats é Matola C, contudo não ultrapassa os 3% das habitações do bairro. Os restantes bairros, com algum percentual de habitações classificadas como flats, não atingem os 1%, sendo a Matola C o único bairro que supera esta barreira.

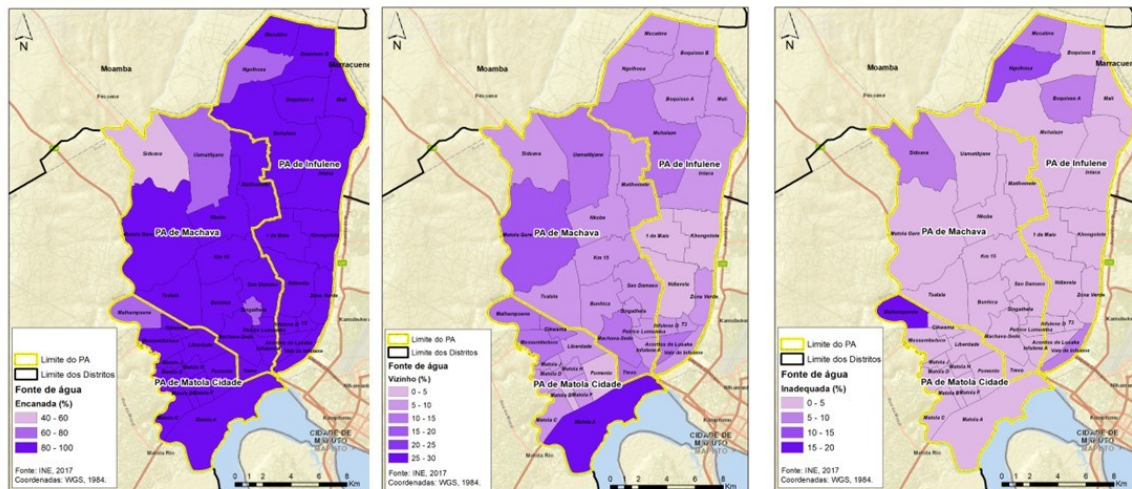
5.1. ACESSO A ÁGUA POTÁVEL

A cidade colonial, constituída pela área urbana, foi a que se beneficiou de um sistema de abastecimento de água encanada, tanto para dentro da casa, como para o quintal. Com o alcance da independência, em função das dificuldades que os bairros suburbanos e periurbanos enfrentavam para ter acesso à água potável, foram introduzidos fontanários e abertos poços para garantir que as famílias carenciadas tivessem acesso à água potável.

Cerca de 90% da população da Matola beneficia-se do abastecimento de água encanada. Contudo, perto de 60% têm o encanamento até o quintal, ou seja, existe uma torneira no quintal que fornece água à família, enquanto para pouco mais de 20% de famílias (21,7%), o encanamento atinge o interior da habitação. Os restantes obtêm a água a partir da residência do vizinho (8,9%) (Figura 7). É importante ressaltar que o número de habitações com abastecimento de água encanada é influenciado pelo número de operadores privados que fornecem água à população.



Figura 7. Distribuição de Água Encanada, Toneira do Vizinho e Acesso Água Inadequada



Fonte: Autores, com base no censo de 2017.

A torneira do vizinho, como alternativa, foi combatida durante muito tempo, principalmente porque o provedor do serviço público não dispunha de condições técnicas para controlar o consumo de água nas habitações⁵. A partir do momento em que o desafio foi superado, a recorrência à torneira do vizinho, frequentemente viabilizada por contratos informais entre os vizinhos, passou a ser tolerada e incentivada pela instituição pública prestadora do serviço, influenciando no aumento de famílias com acesso à água potável. Se analisada a situação ao nível dos bairros, constata-se que 10 bairros possuem pelo menos 10% dos residentes recorrendo à torneira do vizinho. Nestes, o destaque vai para três (3) bairros, onde as cifras são superiores ou iguais a 15% das famílias, nomeadamente Matola A (25,0%), Matola Gare (15,8%) e Trevo (14,5%).

Se analisada a situação dos bairros com ligações domiciliárias ao nível da habitação, percebe-se que os bairros com residentes que se beneficiam da água encanada, com percentuais iguais ou acima dos 25%, são apenas 10 bairros e não se circunscrevem apenas à área urbana, como acontece em outras cidades moçambicanas. Para Matola, há uma mistura de bairros da área urbana (Matola B, Fomento, Liberdade e Matola C), suburbana (Matola G, Matola F, e Infulene A) e periurbana (Mussumbuluco, Tsalala, Malhampsene e 1º de Maio). A presença dos bairros da área urbana e suburbana pode ser explicada pelo facto de serem bairros que se beneficiaram de processos de planeamento iniciados

⁵ Até o ano de 2007 esta categoria não aparecia nos censos, pois considerava-se uma alternativa ilegal, apesar de presente nas cidades moçambicanas. Como a empresa prestadora do serviço não dispunha de tecnologia de controle adequado do consumo de água, as taxas de consumo eram quase que fixas, dependendo da fiscalização, que acontecia esporadicamente. Assim sendo, a recorrência à torneira do vizinho era uma alternativa considerada ilegal, já que esse consumo não era contabilizado nas taxas de cobrança que eram fixas.

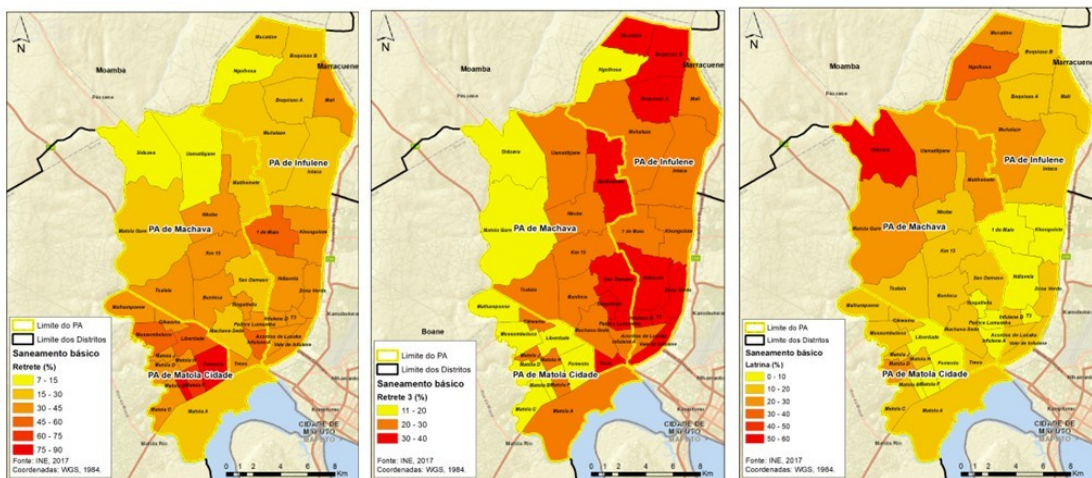
durante o período colonial. Para os bairros periurbanos, a explicação está fortemente relacionada com a presença de condomínios fechados.

O acesso à água pela via considerada inadequada para o consumo (poço, rio e nascente) afeta a cerca de 2% dos agregados familiares da cidade. Se a análise for feita pelo conjunto da cidade, os percentuais extremos são escondidos, o que implica a não identificação dos bairros com situações mais alarmantes. Se mergulharmos a análise ao nível dos bairros, constata-se que os bairros da área periurbana são os mais problemáticos. Os níveis são mais alvoroçantes em três (3) bairros onde as cifras superam a barreira dos 10%, nomeadamente: Malhampsene (15,6%), Ngolhosa (13,1%) e Mucatine (9,2%).

5.2. ACESSO AOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO

A ligação da habitação ao sistema de esgoto de uma cidade, geralmente, é um sinal de que o bairro faz parte da área urbana, ordenada e infraestruturada durante o período colonial. Pouco mais de 1/3 das habitações da cidade (34,1%) estão ligadas ao sistema de esgoto. Os restantes das habitações optam pelas fossas sépticas, materializadas em sistemas denominados de retrete sem autoclismo (26,3%) e latrinas (39,4%). As latrinas, de acordo com o INE (2017) podem se dividir em latrinas melhoradas e não melhoradas, também conhecidas como latrinas tradicionais. As latrinas melhoradas são um tipo de saneamento básico que significou um melhoramento da latrina tradicional, deixando de ser construída com materiais vegetais ou precários, ou seja, há substituição da laje de madeira por laje de betão, permitindo controlar o movimento dos elementos causadores de doenças e reduzindo, significativamente, o cheiro.

Figura 8. Distribuição de residências com Retrete Completa, Retrete Incompleta e Sem Saneamento



Fonte: Autores, com base no censo de 2017.

Apenas seis (6) bairros apresentam mais de metade das residências ligadas ao sistema de esgoto da cidade. Três (3) bairros localizam-se na área urbana (Matola B, Fomento e Liberdade) e os outros na área suburbana (Matola G, Matola F e Infulene A). Mais uma vez, bairros como Mussumbuluco, 1º de Maio e Malhampsene que haviam se destacado com condições de abastecimento de água adequadas, também se encontram entre os bairros de que mais famílias se beneficiam do sistema de esgoto.

Há um registo significativo de habitações que possuem retrete, mas sem autoclismo. Geralmente este tipo de saneamento representa uma evolução significativa do agregado familiar, que transita do uso de latrinas para a construção de uma retrete, com autoclismo, mas que não está ligado ao sistema de abastecimento de água no interior da habitação. Ou seja, usa recipientes como baldes ou bacias para fazer a descarga e geralmente a água que abastece o domicílio é encanada até o quintal.

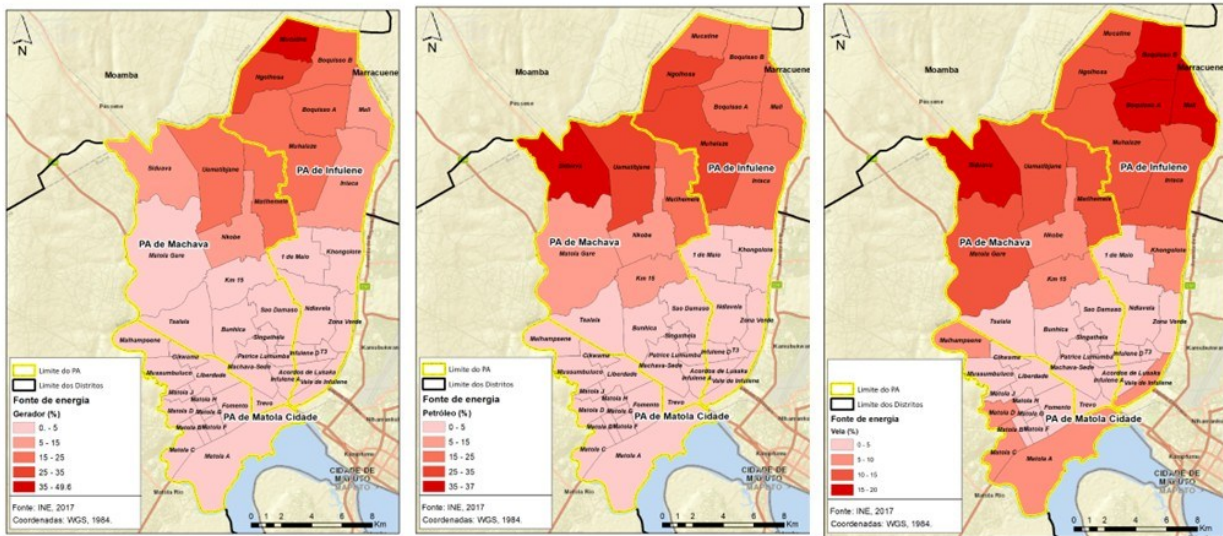
Observa-se que existe, ainda, um número significativo de famílias que não dispõem de saneamento básico adequado, recorrendo às latrinas tradicionais (14,0%). Grande parte das famílias que recorrem a este tipo de saneamento localizam-se em bairros periurbanos. Identificaram-se oito (8) bairros em que mais de 1/5 das famílias recorrem a esse sistema. Desses, apenas um (1) bairro faz parte da área suburbana (Matola D). O bairro Siduava apresenta metade das habitações nessa situação.

5.3. ACESSO À ENERGIA

Os espaços urbanos são os que apresentam os melhores índices de cobertura no fornecimento de corrente elétrica. No trabalho desenvolvido por Matos et al. (2025) verifica-se que a região Sul do país se destaca em relação às outras. Maputo Província (77,2%) é a segunda província do país com melhor cobertura, depois da província da cidade de Maputo (94,5%). Os níveis altos de cobertura são influenciados, principalmente pela cidade da Matola, que regista uma taxa de cobertura de 79,6%.

Apesar do registo de cobertura da rede de eletricidade ser uma das melhores ao nível do país, constata-se que há diferenças bastante significativas entre os bairros, principalmente naqueles que estão mais distantes da área urbana. Analisando os dados, constata-se que existem nove (9) bairros que apresentam níveis de cobertura abaixo dos 50%. Deste grupo, há situações bastante preocupantes, como as que acontecem nos bairros de Mucatine e Ngolhosa, onde menos de 1% das habitações estão ligadas à rede pública de fornecimento de energia.

Figura 9. Distribuição das residências com Gerador, uso de Petr6leo e Vela de Ilumina7ao



Fonte: Autores, com base no censo de 2017.

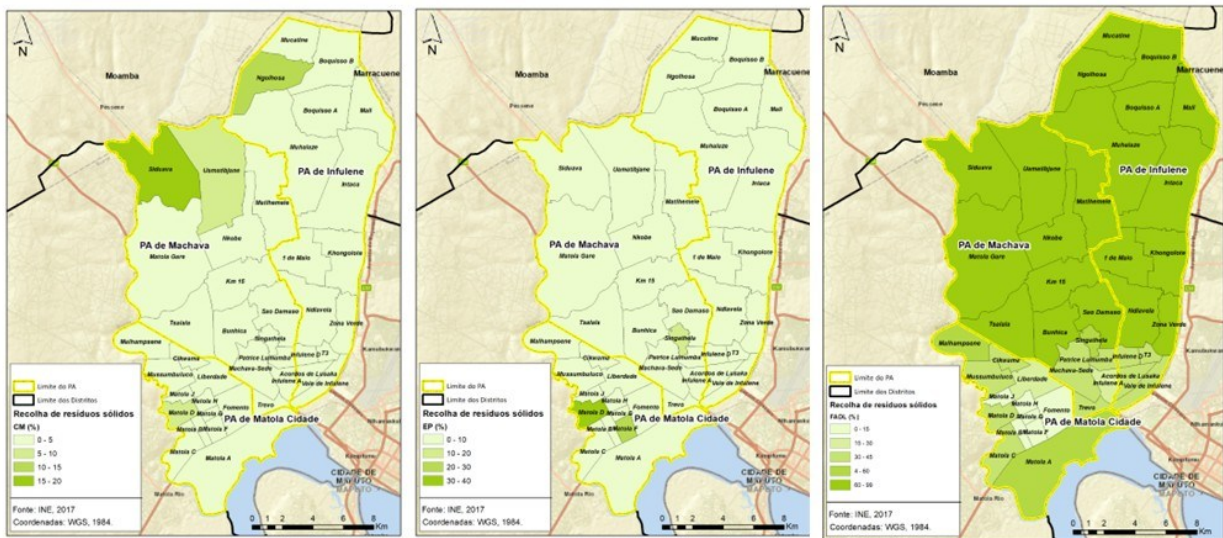
Os bairros com baixos n6veis de cobertura recorrem ao petr6leo (7,0%), velas (6,8) e geradores (3,8%) (Figura 9). O recurso aos geradores significa que o agregado familiar tem condi7oes econ6micas para sustentar os custos de sua utiliza7ao, já que não basta apenas a aquisi7ao do combust6vel, é importante que adquira o equipamento necessário.

Estes percentuais de fam6lias usando petr6leo de ilumina7ao, velas de ilumina7ao e geradores evidenciam a ausência dos servi7os p6blicos de abastecimento de energia elétrica. A situa7ao é deveras preocupante nos bairros de Mucatine (0,52%) e Ngolhosa (0,56%), onde menos de 1% das habita7oes encontram-se ligadas à rede p6blica. A recorrência ao petr6leo de ilumina7ao e velas pode significar carências financeiras das fam6lias para estabelecer a liga7ao domiciliária ou significa que a empresa p6blica simplesmente não conseguiu criar condi7oes para fornecer o servi7o a esta parte da cidade.

5.4. ACESSO AOS SERVI7OS DE RECOLHA DE RES6DUOS S6LIDOS URBANOS

O servi7o de recolha de res6duos s6lidos apenas abrange um total de 33% das residências, das quais 30% é coberto pelos servi7os municipais e os restantes por associa7oes ou pequenos operadores privados (Figura 10). Estes 6ltimos estão presentes em quase todos os bairros, com exce7ao da Matola B e Ngolhosa. No primeiro bairro é explicado pelo facto do servi7o municipal registar uma cobertura de 97,1% e no segundo pela ausência dos servi7os municipais.

Figura 10. Distribuição das formas de recolha de RSU via Município, Associações e Descarte Insustentável



Fonte: Autores, com base no censo de 2017.

Apesar dos serviços prestados por associações e pequenos operadores privados estarem presentes em quase todos os bairros, constata-se que as cifras são bastante insignificantes, com percentuais abaixo dos 5%. Cinco (5) bairros apresentam valores acima dos 5%, com destaque para os bairros da Matola D (37%) e Matola F (24,8%). É interessante notar que em quase todos os bairros onde há assistência dessas entidades, a presença do serviço municipal é bastante significativa; são exemplos os bairros da Matola D, Matola F, Singathela, Fomento, T3, Mussumbuluco e Matola H.

Nos restantes bairros, os moradores são impelidos a optarem por formas inadequadas de descarte de resíduos sólidos e, muitas vezes, com implicações ambientais. A grande maioria da população ou enterra (40,1%) ou queima (14,7%) ou deita em terreno baldio, pântano ou num curso hídrico (7,0%). Em 10 bairros da cidade, todos eles localizados na área periurbana, constata-se que estas formas de descarte de resíduos sólidos são quase que as únicas possíveis. Nesses bairros, como Siduava, Uamatibejane, Mucatine, Boquisso A, Boquisso B, Mali, Matlhomele, Muhalaze, Ngolhosa e Intaca, as cifras variam de 95% a 99,4%).

6. COMO TITUBEAR A DINÂMICA URBANA? (EM JEITO DE CONCLUSÃO)

Os espaços urbanos moçambicanos vêm passando por dinâmicas que precisam ser analisadas e compreendidas, já que os pesquisadores que estudam o assunto vêm lançando interpretações que tentam esvaziar o carácter dual dos mesmos. Esta nova interpretação, foge da abordagem desenvolvida por Araújo, e encontra respaldo nas alterações da paisagem, principalmente nas chamadas áreas suburbanas e periurbanas.

Um dos primeiros trabalhos que questiona a dualidade dos espaços urbanos em cidades africanas, incluindo a realidade moçambicana, é de Viana (2012), onde o autor refere que as atuais formas de produção do espaço urbano já não permitem que se analise as mesmas numa perspetiva dicotómica, entre o informal e formal, pois perpetua a visão dualista das cidades e direcciona a análise para um pensamento linear, mascarando a mescla de formas de produção do espaço. O autor destaca que existem diversidades de vivências e territórios.

Na mesma linha de abordagem, Maloa apresenta dois caminhos diferentes, mas complementares sobre como se processa a transformação da paisagem urbana em Moçambique. Para o autor, num estudo desenvolvido com Nascimento Jr (2018), defende que a dispersão urbana superou o modelo de estrutura urbana desenvolvido por Araújo, pois regista-se uma mistura do cimento com o caniço. Esta leitura é reforçada em publicações posteriores (2019a; 2019b; 2021), quando avança para a ideia de hibridismo, como forma de caracterizar a urbanização contemporânea. Para o autor esse movimento inicia em 1990, com a entrada no neoliberalismo e chegada de organizações não governamentais que promoveram o arrendamento e venda de imóveis da área urbana, gerando recursos financeiros que foram mobilizados para a periferia. O segundo marco tem início nos anos de 2000, quando se inaugura o processo de construção de condomínios fechados na periferia. Importa destacar que a categoria de análise do autor é a paisagem, pois as alterações a que se referem são mais visíveis ao nível do tipo de habitação na periferia⁶.

Enquanto os dois autores (Viana e Maloa) procuram mostrar a superação do modelo de Araújo, constata-se que as análises que fazem não se distanciam da dualidade urbana, pois os processos de alteração parecem não transformar substancialmente os seus conteúdos. Esta visão é reforçada por Raposo et al. (2012) que entende que a dualidade se mantém e ainda se mostra mais violenta com os processos neoliberais, já que os novos objetos que são introduzidos na periferia reforçam desigualdades intra-bairro, entre os condomínios fechados e a população carente que se encontra ao redor.

Matos (2021) considera que as desigualdades intraurbanas representam formas diferenciadas de produção da cidade. Para o autor, os dois espaços da periferia (suburbano e periurbano) representam formas locais de produção da cidade. Para a área suburbana, manifesta-se a partir de lutas de reivindicação do direito à cidade, a partir do acionamento dos recursos historicamente disponíveis. A área periurbana, representa um espaço de violação do direito dos seus habitantes ao campo (e à cidade).

Na publicação de 2024, Matos trabalha a cidade de Maputo com base no modelo de Araújo, concluindo que a actual produção do espaço proporciona a existência de duas realidades, uma que é a

⁶ Para o autor, a periferia inclui a área suburbana e periurbana.

cidade de cimento, que não mais se contenta com o espaço herdado da colonização, e se expande para a periferia (sobre os dois espaços suburbano e periurbano). Esse processo não é aleatório, mas em função de determinados investimentos públicos que seletivamente valorizam determinadas áreas. Para a segunda área, o autor denomina de área de resistência, pois é o espaço de reprodução de formas alternativas de produção da cidade, numa luta constante para a conquista do direito à cidade.

Apesar de enfoques interpretativos diferentes, constata-se que todos os autores analisados evidenciam alterações na periferia. Contudo, nos parece importante reconhecer que a dualidade urbana se mantém, entre espaços privilegiados e os não privilegiados. Sendo assim, a dualidade urbana pode ser compreendida a partir da sua relação com as três (3) áreas, agora resumidas em duas, já que a suburbana e a periurbana perderam os seus elementos clássicos de identidades (caniço e espaço para atividades agropecuárias, respetivamente) (Matos, 2024). Uma outra realidade é aquela que se regista nos micro espaços, com a projecção de condomínios fechados num mar de miséria.

Esta parece ser a realidade observada na cidade da Matola, onde os indicadores de urbanidade aparentam evidenciar alterações pouco significativas entre os bairros. Para Matola, é preciso compreender a cidade como um espaço que se desenvolve(u) tendo em conta a cidade de Maputo. As diferenças intraurbanas parecem pouco pronunciadas, apesar do registo de precaridade dos indicadores de urbanidade para os bairros mais distantes da área central.

A cidade da Matola parece fugir das diferenças clássicas que se verificam nas três (3) áreas do espaço urbano definidas por Araújo e bastante visíveis nos estudos realizados para a cidade de Maputo⁷. As dinâmicas da cidade da Matola apontam para um desvio às grades analíticas centradas nos bairros, como acontece em outras cidades moçambicanas. Nesta, as dinâmicas são guiadas a partir dos eixos das principais artérias da cidade, desde aquela que acompanhou a história colonial da cidade, a Av. Abel Baptista, àquela que resultou dos investimentos neoliberais (a construção da EN4). Estes eixos foram estruturantes na valorização de determinadas áreas, direcionando os investimentos dos atuais condomínios fechados. Esta relação é bastante clara no trabalho de Ribeiro (2021), quando mostra que dos 70 condomínios fechados existentes no ano de 2021, a grande maioria se perfilhava próximo da EN4 e da Av. Abel Baptista, abrangendo bairros urbanos, suburbanos e periurbanos.

Analisando os indicadores de urbanidade é possível identificar os bairros ou áreas com maior concentração da pobreza (ou as áreas que sofrem de uma desurbanização⁸). Os resultados mostram que não existe uma clara diferença entre as três (3) áreas da cidade. Verifica-se a convivência, num mesmo

⁷ Consulte a reflexão de Araújo (1999) e Matos (2024).

⁸ Termo usado por Darmiani (1999, p.118).

bairro, de situações de indicadores com percentuais próximos daqueles considerados característicos da cidade Ocidental, como água encanada dentro de casa, habitação ligada ao sistema de esgoto da cidade, habitação ligada à corrente elétrica, recolha de resíduos sólidos por uma entidade pública. Igualmente, nesses mesmos bairros, são registados níveis preocupantes de privações aos serviços sociais básicos, como a recorrência à torneira do vizinho ou a fontes precárias de abastecimento de água, recorrência a latrinas tradicionais, recurso a fontes alternativas de energia e a cobertura deficiente do serviço de recolha de resíduos sólidos.

Esta convivência elucida uma mesclagem bem presente ao nível dos bairros. Alguns exemplos emblemáticos são os bairros da Matola Gare, Matola A e Matola C, que segundo Ribeiro (2021) são os bairros que concentram a maioria dos condomínios fechados e luxuosos da Matola, com 14, 11 e 8 respetivamente. Estes mesmos bairros apresentam percentuais significativos de agregados familiares que enfrentam privações aos equipamentos coletivos, ou seja, as famílias encontram alternativas próprias para superar as barreiras no acesso aos serviços sociais básicos.

Um aspecto marcante na análise dos indicadores de urbanidade é a registada nos bairros mais a Norte, fisicamente distantes da chamada área urbana e suburbana, onde a situação de precariedade abrange a maioria da população. É bem provável que esta situação tenha influenciado a Ribeiro (2021), a dividir a cidade em duas áreas, a Sul e a Norte, considerando a Sul a área central e a Norte a periferia. Esta desigualdade inter-bairro pode ser resultado do processo histórico de produção da cidade, tornando o Norte dependente do Sul, como resultado da ausência de investimentos públicos, o que levou à precarização dos indicadores de urbanidade.

O que os dados mostram é que a dinâmica urbana da Matola é grandemente influenciada pelo arranjo espacial do tempo colonial, herdando um planeamento urbano inacabado, interrompido pela independência nacional. A independência traz um novo desafio aos gestores urbanos, que sem condições financeiras e nem estratégias claras de urbanização, viram os bairros da cidade passarem por ocupações anárquicas. A ocupação anárquica foi influenciada pela necessidade de habitar os espaços próximos da “cidade de cimento”, esvaziada pela saída dos portugueses, mas também manipulada pela necessidade de se aproximar mais das áreas industriais e da cidade de Maputo.

O avanço dessa ocupação é também consolidado pelo agudizar da guerra civil, que afetou mais as áreas rurais e, conseqüentemente, as periferias urbanas (os bairros mais periféricos – a Norte da cidade). Este cenário vai possibilitar uma ocupação gradual dos bairros, no sentido centro periferia, motivados, não só pelo avanço da guerra, mas também pela necessidade de maior aproximação dos postos de trabalho industriais ou da cidade de Maputo. O gradualismo tem uma tendência clara, evidenciada pelos dados de evolução do tamanho da população e da evolução da densificação do espaço,

que segue a tendência do centro para a periferia. Isto significa que os primeiros bairros apetecíveis foram aqueles que consideramos urbanos, depois os suburbanos e os imediatamente aos suburbanos, indo em direcção ao Norte.

Esta ocupação é também acompanhada por um processo de valorização de certas áreas, em função dos investimentos infraestruturais, como a construção da EN4, que é o prolongamento da importante Av. Abel Baptista. São justamente essas áreas que passam a ser ocupadas por uma população da classe média-alta a alta, residindo em condomínios fechados ou construindo as suas mansões, beneficiando-se de uma ligação mais rápida e de qualidade à cidade de Maputo, através da EN4. Esses objetos novos (duplex, mansões e condomínios fechados) passam a fazer parte da paisagem, contudo não alteram significativamente as características do bairro, mas aumentam as desigualdades intra-bairro.

A análise realizada à cidade da Matola nos mostra a dificuldade de se utilizar o modelo de Araújo para compreender a dinâmica urbana desta cidade. Esse desafio prende-se do facto de ter sido desenvolvido a reboque da cidade de Maputo. Durante o período colonial os espaços residenciais foram projetados, igualmente, para “roubar” parte dos residentes da cidade de Maputo, oferecendo-lhes talhões generosos para a construção de moradias, ao mesmo tempo que se criavam condições para uma rápida ligação à cidade. Num segundo momento, pós-colonial, a cidade perde a autonomia, sendo pensada a partir de Maputo, transformando os postos administrativos da Matola como distritos da cidade de Maputo, o que terá desviado o enfoque de Matola para Maputo.

Quando a cidade recupera a sua autonomia, passou a enfrentar o desafio de começar a pensar a Matola a partir da Matola e para Matola, sendo necessário (re)constituir uma equipa com recursos humanos qualificados para enfrentar o novo desafio. É, igualmente nesse processo, que tem de enfrentar a macrocefalia urbana, apropriada pela cidade de Maputo, para onde convergem tudo e todos. Assim sendo, Matola é um espaço que acolhe a população migrante, que pretende obter uma oportunidade de melhoria da condição de vida às custas da cidade de Maputo. Matola, se constitui, nesse momento, num “bairro” de expansão da cidade de Maputo e a ausência de um planeamento urbano condiciona o desenvolvimento sócioespacial da cidade, nos termos em que nos ensina Marcelo de Souza (2010).

7. REFERÊNCIAS

ADAMO, Mário A. **Mercado de terras nas áreas urbanas e sua implicação na ocupação e uso de terra.** Trabalho de Conclusão de Curso apresentado no Departamento de Geografia da Universidade Eduardo Mondlane: Maputo, 2003.

ARAÚJO, Manuel. G. M. Distribuição geográfica da população e processos de urbanização. *In*: CNP/DNE/UPP. **Workshop sobre as bases metodológicas para a investigação das tendências do**



crescimento da população urbana em Moçambique. Projecto MOZ/91/P04-OIT/FNUAP. Série População e Desenvolvimento. Documento nº 6. Maputo, 1992, p.63-71.

ARAÚJO, Manuel. G. M. **Geografia dos povoamentos** – uma análise dos assentamentos humanos rurais e urbanos. Maputo: Livraria Universitária – UEM, 1997.

ARAÚJO, Manuel. G. M. A cidade de Maputo. Espaços contrastantes: do urbano ao rural. **Finisterra**, 34(67/68), Lisboa, p.175-190, 1999.

ARAÚJO, Manuel. G. M. Ruralidades-urbanidades em Moçambique: conceitos ou preconceitos. **Revista da Faculdade de Letras – Geografia**. I Série. vol. 18, Porto, p.5-11, 2002.

ARAÚJO, Manuel. G. M. Os Espaços Urbanos em Moçambique. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, [S. l.], v. 7, n. 2, São Paulo, p. 165-182, 2003.

ARAÚJO, Manuel. G. M. **A população das cidades da Matola e Maputo** – espaços urbanos multifacetados. Maputo: Imprensa Universitária, 2005.

CUNA, João T. M. **Ocupação da terra urbana na cidade da Matola e sua implicação no planeamento urbano, alguma referência a bairros:** Mussumbuluco e Liberdade. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado no Departamento de Geografia da Universidade Eduardo Mondlane: Maputo, 2004.

DAMIANI, Amélia L. A crise da cidade: os termos da urbanização. In: Damiani, Amélia L.; Carlos, Ana F. A.; Seabra, Odete C. L. **O espaço no fim do século:** a mova raridade. São Paulo: Contexto, 1999. p.118-131.

INE – Instituto Nacional de Estatística. **IV Recenseamento Geral da População 19870.** Resumo Geral. Direcção Geral dos Serviços de Estatísticas. Maputo, 1974.

INE. Instituto Nacional de Estatística. **I Recenseamento Geral da População e Habitação 1980:** Resultados definitivos. Moçambique. Maputo, 1982.

INE – Instituto Nacional de Estatística. **II Recenseamento Geral da População e Habitação 1997:** Resultados definitivos. Moçambique. Maputo, 1999.

INE – Instituto Nacional de Estatística. **III Recenseamento Geral da População e Habitação 2007:** Resultados definitivos. Moçambique. Maputo, 2010.

INE – Instituto Nacional de Estatística. **IV Recenseamento Geral da População e Habitação 2017 –** Manual do Recensador. Documento nº 6. Maputo: Instituto Nacional de Estatísticas. 2017.

INE – Instituto Nacional de Estatística. **IV Recenseamento Geral da População e Habitação 2017:** Resultados definitivos. Moçambique. Maputo, 2019.

INE. Instituto Nacional de Estatística. **Migração e Urbanização em Moçambique.** Maputo: INE, 2023.

MALOA, Joaquim M. Globalização e transformação dos espaços urbanos periféricos em Moçambique. **AbeÁfrica** – Revista da Associação Brasileira de Estudos Africanos. V.03. N.03, 2019a.



MALOA, Joaquim M. A urbanização moçambicana contemporânea: sua característica, sua dimensão e seu desafio. **urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana**, 11, e20180101, 2019b.
<https://doi.org/10.1590/2175-3369.011.e20180101>

MALOA, Joaquim M. Periferias urbanas moçambicanas e a sua nova paisagem. **e-cadernos CES (Online)**, 36. 2021.

MALOA, Joaquim M.; NASCIMENTO JÚNIOR, Lindberg. A dispersão urbana em Moçambique: uma contribuição ao estudo da produção do espaço urbano em Maputo. **RAEGA – O espaço geográfico em análise**. v.45, n. 1, Curitiba, p. 91-109, 2018.

MANJATE, Benefício B. **O corredor de Desenvolvimento de Maputo**: a sua influência na expansão e no reordenamento de Ocupação do solo urbano na cidade da Matola. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado no Departamento de Geografia da Universidade Eduardo Mondlane: Maputo, 2003.

MATOS, Elmer A. C. de. CIDADE DE MAPUTO: PROCESSOS E DINÂMICAS CONTEMPORÂNEAS. **Revista da Casa da Geografia de Sobral (RCGS)**, [S. l.], v. 26, n. 2, p. 325–355, 2024.

MATOS, Elmer A. C. de. Cidade e urbano em Moçambique: uma reflexão a partir dos espaços urbanos da província da Zambézia. **Revista Humanidades e Inovação**. V.8. n.46, Palmas, p. 107-121, 2021.

MATOS, Elmer A. C. de; MEDEIROS, Rosa M. V. Evolução e distribuição da população na cidade de Mocuba. **Geografia Ensino & Pesquisa**, Santa Maria, v. 14, n.3. 2010. p.46-61.

MATOS, Elmer A. C. de; NUNES, Alice A. Z.; ANTÓNIO, Filimone C.; RAJABO, Shaquil R. A situação dos espaços urbanos em Moçambique: de 1980 a 2017. **GEOGRAFIA**, Rio Claro-SP, v. 50, n. 1, pp. 96-123, 2025.

MIQUIDADE, Amade A. **Morfologia urbana da Matola**: tendências de crescimento da cidade. Trabalho Mestrado apresentado na Faculdade de Letras da Universidade do Porto: Porto, 2018.

MOÇAMBIQUE. Resolução nº 31/2024, de 10 de julho. **Boletim da República**: I Série, Nº 133. Maputo, 2024.

MOÇAMBIQUE. Decreto nº 20/2015, de 7 de setembro. Estabelece as normas e os critérios para a classificação de distritos e de zonas urbanas. **Boletim da República**: I Série, Nº 71. Maputo, 2015.

MOÇAMBIQUE. Resolução nº 7/87, de 25 de maio. **Boletim da República**: I Série, Nº 16. Maputo, 1987.

RAPOSO, Isabel. S.; JORGE, Sílvia.; VIEGAS, Silvia; MELO, Vanessa. Luanda e Maputo: inflexões suburbanísticas da cidade socialista à cidade-metrópole neoliberal. **Revista Brasileira de Gestão Urbana (Brazilian Journal of Urban Management)**, v. 4, n. 2, Curitiba, p.189-2052012.

RIBEIRO, Ester T. N. **Dinâmicas socioespaciais e autosegregação na cidade da Matola**. Tese de doutoramento apresentado na Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista (UNESP): Presidente Prudente, 2021.

SOUZA, Marcelo. L. **ADC do desenvolvimento urbano**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.



VIANA, David L. **Cidade africana – urbanismo (in)formal**: uma abordagem integrada e sistêmica. CIEA7#3: 7º Congresso Ibérico de Estudos Africanos: Lisboa, 2010.

Sobre os autores:

Elmer Agostinho Carlos de Matos

Doutorado em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2016). É professor na Universidade Eduardo Mondlane e colaborador no Núcleo de Estudos de Geografia Agrária (NEAG) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Universidade Eduardo Mondlane

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5586-3554>

E-mail: elmermats90@gmail.com

Alice Alfredo Zua Nunes

Professora de Geografia no Departamento de Geografia da Universidade Eduardo Mondlane (UEM), Moçambique. Mestre em Desenvolvimento Rural pela Universidade Eduardo Mondlane e especialista na área de Sistemas de Informação Geográfica

Universidade Eduardo Mondlane

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7281-487X>

E-mail: zuaalice@gmail.com

Amida Semedo Mussa

Professora de Geografia no Departamento de Geografia da Universidade Eduardo Mondlane (UEM), Moçambique. Mestre em Estudos Ambientais pela Australian National University, Austrália e especialista na área de Análise Ambiental. Doutoranda em Filosofia pela Universidade de Lund.

Universidade Eduardo Mondlane

ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-5325-8502>

E-mail: amidamussa@gmail.com

